



CENTRO NACIONAL DE FÉ E POLÍTICA DOM HÉLDER CAMARA



BOLETIM INFORMATIVO

MAIO/JUNHO DE 2019

EDITORIAL

Prezadas cefepianas, prezados cefepianos!

“Igualmente a Caridade se expressa no empenho e na atuação política dos cristãos leigos e leigas nas comunidades eclesiais”... DGAE 2019_2013 Nr. 107 – CNBB doc 109.

“Encorajar o laicato a continuar o empenho apostólico, inspirado na Doutrina Social da Igreja... consciente das realidades temporais: política partidária, pastorais sociais, mundo da educação, conselhos de direitos, elaboração e acompanhamento das políticas públicas”... DGAE 2019_2013, Nr 179 - CNBB doc 109.

Este é o Boletim do CEFEP de Maio e Junho. Mudança de época, época de mudanças! A 57ª Assembleia Geral da CNBB nos legou as novas Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora (DGAE) 2019_2023, a nova presidência da conferência e o novo Conselho Episcopal de Pastoral (CONSEP). A Comissão Episcopal Pastoral para o Laicato, à qual pertence o CEFEP, tem novo presidente: Dom Giovane Pereira de Melo, bispo de Tocantinópolis – TO. Dom Giovane é assim também, o novo presidente do CEFEP. Nesta última semana reuniu-se o novo Conselho Permanente da CNBB que inclui os presidentes dos dezoito Regionais da Conferência. Cabe aqui portanto, manifestar nossos agradecimentos à presidência anterior formada por Dom Sérgio da Rocha, Dom Murilo Krieger e Dom Leonardo Steiner. De maneira muito especial nosso agradecimento a Dom Severino Clasen, que por oito anos caminhou conosco de forma amiga e fraterna.

Acolhemos a nossa cefepiana e companheira de caminhada Sônia Oliveira, de Montes Claros, eleita nova presidente do CNLB no 7º Encontro Nacional do Laicato ocorrido em Cuiabá – MT de 20 a 23 de junho e louvamos a Deus pela companheira Marilza Shuina que continua na caminhada conosco de outras formas.

Todas essas mudanças na conjuntura eclesial impulsionam-nos a continuar, como cristãos, nossa atuação na dura realidade do povo brasileiro. Essa realidade que nos aponta horizontes amplamente desafiadores com o aumento dos empobrecidos, da violência em diversos âmbitos, da agressão à natureza e a retirada de direitos. Preocupa-nos sobremaneira o esgarçamento de nossa jovem e já tão falha democracia e a divisão que percebemos em nossa sociedade.

Mas somos impulsionados pelas novas DGAE, pelo documento 105-CNBB e pelo sínodo da Amazônia, ainda em processo para culminar em Outubro, sobretudo pelo Evangelho a agir de forma cada vez mais corajosa em defesa das irmãs e irmãos mais sofridos.

Que o Cristo Mártir, seja sempre nossa força, já que é o nosso caminho, nossa verdade e nossa Vida!

Pe. Paulo Adolfo Simões

NOVA PRESIDÊNCIA DA CNBB TOMA POSSE EM CERIMÔNIA DE ENCERRAMENTO DA 57ª ASSEMBLEIA GERAL

A nova presidência da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) foi empossada na manhã desta sexta-feira, 10 de maio, durante a cerimônia de encerramento da 57ª Assembleia Geral dos Bispos do Brasil, realizada em Aparecida desde o dia 1º de maio. O até então presidente da entidade, o arcebispo de Brasília, cardeal Sergio da Rocha, no início da celebração fez uma extensa lista de agradecimentos a todos que colaboraram com o trabalho da presidência que se despede. Ele pediu orações pela CNBB neste novo quadriênio. “Se há uma certeza, é a de que somente podemos servir com a Graça de Deus”, disse.

Ao novo presidente eleito, o arcebispo de Belo Horizonte (MG), dom Walmor Oliveira de Azevedo, ele desejou que possa cumprir sua missão promovendo sempre mais a comunhão entre o episcopado brasileiro, entre a Igreja do Brasil e com o Santo Padre.

Na Cerimônia de Encerramento, o núncio apostólico no Brasil, dom Giovanni D’aniello, leu a correspondência enviada pelo papa Francisco em resposta à carta que os bispos do Brasil enviaram a ele durante o evento. Na correspondência, o papa, agradecendo a manifestação de comunhão da conferência brasileira, fez votos de que os compromissos assumidos durante a assembleia ajudem os bispos a ser mais fieis à sua missão evangelizadora.

Simbolicamente, o cardeal Sergio da Rocha entregou ao novo presidente eleito, dom Walmor, o texto das Novas Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora 2019-2023, aprovado na 57ª Assembleia Geral, e trocaram de lugar na mesa. Dom Walmor sentou na cadeira onde estava sentado o presidente, assumindo o cargo. O arcebispo primaz do Brasil, dom Murilo Krieger, até então vice-presidente da CNBB, entregou a nova Bíblia com tradução oficial da CNBB ao vice-presidente eleito, o arcebispo de Porto Alegre (RS), dom Jaime Spengler. E o até então secretário-geral, bispo auxiliar de Brasília (DF), dom Leonardo Steiner, entregou ao novo secretário-geral, o bispo-auxiliar do Rio de Janeiro (RJ), dom Joel Portela o Diretório de Liturgia da Igreja no Brasil.

Em seu primeiro discurso como empossado, no mesmo dia em que comemora 21 anos de sua ordenação episcopal, dom Walmor Oliveira saudou a dom Giovanni D’Aniello, assumindo o compromisso de buscar a comunhão com o Santo Padre e de ser uma Igreja em saída, missionária e hospitaleira.

O novo presidente da CNBB disse que não há nada melhor a oferecer à sociedade que o Evangelho de Jesus. Ele saudou e agradeceu a presidência que fez a transmissão do cargo, aos bispos, a quem enalteceu a riqueza do exercício da fraternidade nos dias da assembleia. Ele falou da beleza da vida de cada Igreja particular e das experiências dos bispos do Brasil.

Segundo ele, a nova presidência assume consciente das dificuldades imensas e das complexidades quase indescritíveis mas com a certeza de que é o Evangelho que ajuda a não só dar novas respostas para dentro da Igreja mas também à sociedade. “Assumimos o compromisso de ser uma presença solidária. O que de fato vale é a fé desdobrada em amor”, disse.

Para o novo presidente, o coração da CNBB não é a sede em Brasília, mas a colegialidade efetiva entre seu episcopado. “O nosso plano mais importante é sermos discípulos de Cristo. Nosso programa é nos tornar discípulos e fazer discípulos o tempo todo, aprendendo no diálogo. Só faz discípulo quem também é discípulo”, disse.

Dom Walmor ressaltou que todo o trabalho a ser feito, nas diversas frentes, tenha como fonte Jesus Cristo que é, segundo ele, o fundamento da colegialidade na Igreja no Brasil. “É hora de uma resposta nova porque o Senhor da vida nos envia e nos conduz. O Evangelho de Jesus Cristo é o ouro de nossa vida e de nosso trabalho missionário”, disse.





O episcopado brasileiro, reunido em sua 57ª Assembleia Geral, de 1º a 10 de maio, em Aparecida (SP), emitiu “Mensagem da CNBB ao povo brasileiro”. No documento, os bispos alertam que a opção por um liberalismo exacerbado e perverso, que desidrata o Estado quase ao ponto de eliminá-lo, ignorando as políticas sociais de vital importância para a maioria da população, favorece o aumento das desigualdades e a concentração de renda em níveis intoleráveis, tornando os ricos mais ricos à custa dos pobres cada vez mais pobres. Leia a íntegra do texto:

MENSAGEM DA CNBB AO POVO BRASILEIRO

“Eis que faço novas todas as coisas” (Ap 21,5)

Suplicando a assistência do Espírito Santo, na comunhão e na unidade, nós, Bispos do Brasil, reunidos na 57ª Assembleia Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil-CNBB, no Santuário Nacional, em Aparecida-SP, de 1 a 10 de maio de 2019, dirigimos nossa mensagem ao povo brasileiro, tomados pela ternura de pastores que amam e cuidam do rebanho. Desejamos que as alegrias pascais, vividas tão intensamente neste tempo, renovem, no coração e na mente de todos, a fé em Jesus Cristo Crucificado-Ressuscitado, razão de nossa esperança e certeza de nossa vitória sobre tudo que nos aflige.

“Eis que estou convosco todos os dias, até o fim dos tempos” (Mt 28,20)

Enche-nos de esperançosa alegria constatar o esforço de nossas comunidades e inúmeras pessoas de boa vontade em testemunhar o Evangelho de Jesus Cristo, comprometidas com a vivência do amor, a prática da justiça e o serviço aos que mais necessitam. São incontáveis os sinais do Reino de Deus entre nós a partir da ação solidária e fraterna, muitas vezes anônima, dos que consomem sua vida na transformação da sociedade e na construção da civilização do amor. Por essa razão, a esperança e a alegria, frutos da ressurreição de Cristo, hão de ser a identidade de todos os cristãos. Afinal, quando deixamos que o Senhor nos tire de nossa comodidade e mude a nossa vida, podemos cumprir o que ordena São Paulo: ‘Alegrai-vos sempre no Senhor! De novo o digo: alegrai-vos!’ (Fl 4,4) (cf. Papa Francisco, Exortação Apostólica Gaudete et Exultate, 122).

“No mundo tereis aflições, mas tende coragem! Eu venci o mundo” (Jo 16,33).

Longe de nos alienar, a alegria e a esperança pascais abrem nossos olhos para enxergarmos, com o olhar do Ressuscitado, os sinais de morte que ameaçam os filhos e filhas de Deus, especialmente, os mais vulneráveis. Estas situações são um apelo a que não nos conformemos com este mundo, mas o transformemos (cf. Rm 12,2), empenhando nossas forças na superação do que se opõe ao Reino de justiça e de paz inaugurado por Jesus.

A crise ética, política, econômica e cultural tem se aprofundado cada vez mais no Brasil. A opção por um liberalismo exacerbado e perverso, que desidrata o Estado quase ao ponto de eliminá-lo, ignorando as políticas sociais de vital importância para a maioria da população, favorece o aumento das desigualdades e a concentração de renda em níveis intoleráveis, tornando os ricos mais ricos à custa dos pobres cada vez mais pobres, conforme já lembrava o Papa João Paulo II na Conferência de Puebla (1979). Nesse contexto e inspirados na Campanha da Fraternidade deste ano, urge reafirmar a necessidade de políticas públicas que assegurem a participação, a cidadania e o bem comum. Cuidado especial merece a educação, gravemente ameaçada com corte de verbas, retirada de disciplinas necessárias à formação humana e desconsideração da importância das pesquisas.

A corrupção, classificada pelo Papa Francisco como um “câncer social” profundamente radicada em inúmeras estruturas do país, é uma das causas da pobreza e da exclusão social na medida em que desvia recursos que poderiam se destinar ao investimento na educação, na saúde e na assistência social, caminho de superação da atual crise. A eficácia do combate à corrupção passa também por uma mudança de mentalidade que leve a pessoa compreender que seu valor não está no ter, mas no ser e que sua vida se mede não por sua capacidade de consumir, mas de partilhar.

O crescente desemprego, outra chaga social, ao ultrapassar o patamar de 13 milhões de brasileiros, somados aos 28 milhões de subutilizados, segundo dados do IBGE, mostra que as medidas tomadas para combatê-lo, até agora, foram ineficazes.

Além disto, é necessário preservar os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras. O desenvolvimento que se busca tem, no trabalho digno, um caminho seguro desde que se respeite a primazia da pessoa sobre o mercado e do trabalho sobre o capital, como ensina a Doutrina Social da Igreja. Assim, “a dignidade de cada pessoa humana e o bem comum são questões que deveriam estruturar toda a política econômica, mas às vezes parecem somente apêndices adicionados de fora para completar um discurso político sem perspectivas nem programas de verdadeiro desenvolvimento integral” (Papa Francisco, *Evangelii Gaudium*, 203).

A violência também atinge níveis insuportáveis. Aos nossos ouvidos de pastores chega o choro das mães que enterram seus filhos jovens assassinados, das famílias que perdem seus entes queridos e de todas as vítimas de um sistema que instrumentaliza e desumaniza as pessoas, dominadas pela indiferença. O feminicídio, o submundo das prisões e a criminalização daqueles que defendem os direitos humanos reclamam vigorosas ações em favor da vida e da dignidade humana. O verdadeiro discípulo de Jesus terá sempre no amor, no diálogo e na reconciliação a via eficaz para responder à violência e à falta de segurança, inspirado no mandamento “Não matarás” e não em projetos que flexibilizem a posse e o porte de armas.

Precisamos ser uma nação de irmãos e irmãs, eliminando qualquer tipo de discriminação, preconceito e ódio. Somos responsáveis uns pelos outros. Assim, quando os povos originários não são respeitados em seus direitos e costumes, neles o Cristo é desrespeitado: “Todas as vezes que deixastes de fazer isso a um destes mais pequeninos, foi a mim que o deixastes de fazer” (Mt 25,45). É grave a ameaça aos direitos dos povos indígenas assegurados na Constituição de 1988. O poder político e econômico não pode se sobrepor a esses direitos sob o risco de violação da Constituição.

A mercantilização das terras indígenas e quilombolas nasce do desejo desenfreado de quem ambiciona acumular riquezas. Nesse contexto, tanto as atividades mineradoras e madeireiras quanto o agronegócio precisam rever seus conceitos de progresso, crescimento e desenvolvimento. Uma economia que coloca o lucro acima da pessoa, que produz exclusão e desigualdade social, é uma economia que mata, como nos alerta o Papa Francisco (EG 53). São emblemático exemplo disso os crimes ocorridos em Mariana e Brumadinho com o rompimento das barragens de rejeitos de minérios.

As necessárias reformas política, tributária e da previdência só se legitimam se feitas em vista do bem comum e com participação popular de forma a atender, em primeiro lugar, os pobres, “juízes da vida democrática de uma nação” (Exigências éticas da ordem democrática, CNBB – n. 72). Nenhuma reforma será eticamente aceitável se lesar os mais pobres. Daí a importância de se constituírem em autênticas sentinelas do povo as Igrejas, os movimentos sociais, as organizações populares e demais instituições e grupos comprometidos com a defesa dos direitos humanos e do Estado Democrático de Direito. Instâncias que possibilitam o exercício da democracia participativa como os Conselhos paritários devem ser incentivadas e valorizadas e não extintas como estabelece o decreto 9.759/2019.

“Buscai em primeiro lugar o Reino de Deus e sua justiça” (Mt 6,33)

O Brasil que queremos emergirá do comprometimento de todos os brasileiros com os valores que têm o Evangelho como fonte da vida, da justiça e do amor. Queremos uma sociedade cujo desenvolvimento promova a democracia, preze conjuntamente a liberdade e a igualdade, respeite as diferenças, incentive a participação dos jovens, valorize os idosos, ame e sirva os pobres e excluídos, acolha os migrantes, promova e defenda a vida em todas as suas formas e expressões, incluído o respeito à natureza, na perspectiva de uma ecologia humana e integral.

As novas Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil, que aprovamos nesta 57ª Assembleia da CNBB, e o Sínodo para a Pan-Amazônia, a se realizar em Roma, em outubro deste ano, ajudem no compromisso que todos temos com a construção de uma sociedade desenvolvida, justa e fraterna. Lembramos que “o desenvolvimento tem necessidade de cristãos com os braços levantados para Deus em atitude de oração, cristãos movidos pela consciência de que o amor cheio de verdade – caritas in veritate –, do qual procede o desenvolvimento autêntico, não o produzimos nós, mas nos é dado” (Bento XVI, *Caritas in veritate*, 79). O caminho é longo e exigente, contudo, não nos esqueçamos de que “Deus nos dá a força de lutar e sofrer por amor do bem comum, porque Ele é o nosso Tudo, a nossa esperança maior” (Bento XVI, *Caritas in veritate*, 78).

A Virgem Maria, mãe do Ressuscitado, nos alcance a perseverança no caminho do amor, da justiça e da paz.
Aparecida-SP, 7 de maio de 2019.

FORMAÇÃO POLÍTICA DOS CRISTÃOS NAS DIRETRIZES GERAIS DA AÇÃO EVANGELIZADORA PARA 2019 A 2023

Nas DGAE 2019 a 2023 publicadas hoje pela CNBB a formação política dos cristãos é contemplada nos números 107 e 180. O 107 aponta a formação política como uma maneira de se exercer a caridade e o 180, que trata dos encaminhamento práticos, encoraja os cristãos leigos e leigas que se formem na Doutrina Social da Igreja para atuarem na arena política.



A Conferência Nacional dos Bispos Brasil (CNBB) acaba de publicar, por meio da Edições CNBB, as Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil (DGAE) para o quadriênio 2019 – 2023. A publicação integra a série Documentos da CNBB sob o nº 109. Trata-se do principal documento que o episcopado brasileiro aprovou durante a sua 57ª Assembleia Geral, realizada em Aparecida (SP), de 1º a 10 de maio.

Para o quadriênio 2019-2023, as diretrizes foram estruturadas a partir da concepção da Igreja como “Comunidade Eclesial Missionária”, apresentada com a imagem da “casa”, “construção de Deus” (1Cor 3,9). Em tudo isso, as Diretrizes – aprovadas pelos bispos do Brasil– convidam todas as comunidades de fé a abraçarem e vivenciarem a missão como escola de santidade.

Na apresentação da publicação, a presidência da CNBB ressalta que as diretrizes são o caminho encontrado para responder aos desafios do Brasil, “um país que, na segunda década deste século XXI, experimenta grandes transformações em todos os sentidos”. A introdução da publicação defende que as diretrizes constituem uma das expressões mais significativas da colegialidade e da missionariedade da Igreja no Brasil.

O Documento nº 109, de 93 páginas, é organizado em quatro capítulos. No primeiro, cujo título é o “Anúncio do Evangelho de Jesus Cristo”, o texto aprofunda os desafios do contexto urbano e o papel das comunidades eclesiais missionárias neste contexto. O capítulo 2, fala do “O olhar dos discípulos missionários” sobre os desafios presentes na cidade.

O terceiro capítulo, “A Igreja nas Casas”, apresenta a ideia de casa, entendida como “lar” para os seus habitantes, acentua as perspectivas pessoal, comunitária e social da evangelização, inserindo no espírito da Laudato Si’, a perspectiva ambiental. Essa casa é a comunidade eclesial missionária que, por sua vez, é sustentada por quatro pilares: Palavra, Pão, Caridade e Ação Missionária. O quarto capítulo, cujo título é “A Igreja em Missão” apresenta encaminhamentos práticos de ação para cada um dos pilares.

A publicação pode ser adquirida no blog da Edições CNBB no link: www.edicoescnbb.com.br



Volta às fontes sempre faz bem. Foi o que aconteceu com essa viagem a Pernambuco. Se minhas raízes familiares estão no Ceará, minhas raízes afetivas permanecem em Pernambuco (concretamente no Recife) onde vivi por dezenove anos – num período complexo do país, mas, ao mesmo tempo, numa primavera de esperança na dinâmica da pastoral com Dom Helder Câmara (1967-1987).

Dois convites ou dois eventos me levaram ao nordeste:

1. Um encontro dos colegas do Pio Brasileiro dos anos 60 (15 a 19/05);
2. As comemorações dos 50 anos de assassinato do padre Antônio Henrique. Fui convidado a integrar um painel na Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP) já que era, no período do trágico acontecimento (27/05/1969), o Vigário Episcopal dos leigos na Arquidiocese de Olinda e Recife.

1. O encontro dos ex-pios, como costumamos chamar, se realizou a 70 quilômetros do Recife, na cidade de Glória de Goitá. Lá está instalado um centro de formação chamado SERTA (Serviço de Tecnologia Alternativa) que tem como fundador e coordenador um dos colegas chamado Abdalasis Moura, conhecido por nós como “Casquinha”. De fato, esse nosso encontro teve duas facetas complementares:

a) colocarmo-nos em avaliação abrindo o coração uns para os outros numa atitude de acompanhamento do que estamos fazendo e como estamos enfrentando a vida, naturalmente levando em consideração os polos de referência do período em que vivemos juntos em Roma, quase todos nos tempos do Concílio Vaticano II.

Hoje, alguns são bispos, outros padres e ainda outros casados com suas respectivas esposas e filhos. Encontraram-se no SERTA colegas que vieram do Rio Grande do Sul, de São Paulo, da Alemanha e grande parte do Nordeste (Ceará, Paraíba, Pernambuco). Momentos de saudades, mas também de vitalidade na troca de experiências profissionais e eclesiais com momentos de reflexão e oração. Fui inclusive convidado a fazer uma apresentação sobre o legado da Conferência latino-americana de Medellín (1968), levando à recordações de momentos altos e baixos da nossa Igreja.

b) uma apresentação detalhada dos objetivos e atividades do SERTA. Uma experiência significativa de formação da juventude rural da região. De fato, Casquinha tem se esmerado não só no conteúdo de uma formação alternativa com ajuda de técnicos bem formados, como oferecendo à juventude da região oportunidades de aperfeiçoar dons primorosos. Inclusive o SERTA conta com formação musical. Foram apresentados para nós uma orquestra com 50 membros (violino, flauta...); também um grupo de crianças nos ofereceu números de arte tocando flauta com maestria. O SERTA se propõe também levar em consideração os desafios do meio ambiente (ecologia), com intuições originais que seguramente empolgariam o Papa Francisco. Para isso, fui convidado a fazer uma síntese da Laudato Si para a direção e professores do Centro.

2) Agora no Recife. Fiquei hospedado na residência de Zildo Rocha, com quem trabalhei no Seminário Regional do Nordeste em tempos idos. Uma semana que proporcionou também reencontrar amigos e amigas. Mas não foi período só de lazer.

Fui convidado para um encontro com a Igreja Batista do Coqueiral que mantém contato, desde muitos anos, com o nosso Centro Nacional de Fé e Política Dom Helder Camara (CEFEP), enviando candidatos aos cursos, inclusive o Pastor foi nosso aluno. Uma noitada agradável e fraterna. Basta dizer que estavam presentes entre os muitos participantes todos os nossos ex-alunos do CEFEP. E pasmem! Uma experiência impar num clima ecumênico: uma palestra sobre Dom Helder Camara pronunciada pelo bispo anglicano, Sebastião Armando Soares, e por mim. No final, o Pastor nos perguntou: que sugestões vocês dão, à luz de Dom Helder, para a nossa Igreja Batista?



Visita do Pe. Ernanne a Igreja Batista em Coqueiral

Na UNICAP, muitos professores e cristãos sobretudo remanescentes do período do assassinato do padre Henrique (1969). Formaram a mesa: o ex-secretário da Comissão da Memória e da Verdade de Pernambuco, Dr. Henrique Mariano (colocando as conclusões claras e objetivas da pesquisa que coloca na mesa os executores e os mandantes do crime); Dr. Roberto Franca, ex-aluno do padre Henrique (ex-deputado federal colocando o contexto político do período) e eu apresentei o sofrimento da família e da arquidiocese ao perder um dos seus membros queridos. Padre Henrique era um espelho das grandes mensagens de renovação do Vaticano II ao se dedicar com afinco à pastoral de juventude, à sombra do grande pastor profeta Dom Helder Camara.

Dr. Henrique Mariano mostrou como o objetivo do assassinato era atingir os trabalhos da Igreja, sobretudo Dom Helder, e também atingir as atividades da juventude universitária contra a crueldade da ditadura militar.

Padre Antônio Henrique, então, pode ser considerado mártir da justiça e da democracia em nome da fé.

Acompanhei nossa caminhada pelo site: www.cefep.org.br

Outros contatos cefep@cnbb.org.br

(61) 3048 7910

(61) 98155 7198